

XIX CONGRESO DE AECIT
Tiempos de cambio en el turismo
16 al 18 noviembre 2016
Adeje, Tenerife

Turismo comunitário e conflitos fundiários em áreas de reforma agrária:
o caso de Caetanos de Cima, Ceará, Brasil

Lea Carvalho Rodrigues*
Universidade Federal do Ceará (UFC)
leaufc@gmail.com

Iohanna Luzia de Farias Paiva Caminha*
Universidade Federal do Ceará (UFC)

RESUMO: O turismo comunitário (TC) é apontado como alternativa de desenvolvimento local para populações que vivem em localidades com alto potencial turístico. Esta proposta trata de uma situação singular: uma área rural próxima à praia, como é comum no litoral da região Nordeste do Brasil, onde pescadores alternam suas tarefas com as atividades agrícolas, conforme a sazonalidade da pesca. No caso da localidade de Caetanos de Cima, hoje assentamento rural reconhecido pelo Estado, há o entrecruzamento de várias estratégias da população local para garantir a posse da terra e a continuidade de seu modo de vida. O turismo comunitário, neste caso, é uma das formas de enfrentamento ao capital turístico que busca se apossar das terras.

Palavras chave: turismo comunitário, conflitos fundiários, assentamentos rurais

* Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, Brasil, com pós-doutorado em Antropologia Social, pelo Centro de Investigaciones y Estudios Superiores em Antropología Social CIESAS/Unid.Peninsular, Mérida, México.

* Técnica de Guia de Turismo pelo Instituto Federal do Ceará, Brasil e graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Ceará (UFC)

Introdução

A pretensão neste artigo é, primeiramente, expor como os princípios da chamada economia solidária, economia social, ou outra economia, e a lógica da solidariedade, que lhe é própria, apresenta-se no caso do Turismo Comunitário. Em seguida, questionar a respeito dos vínculos entre a lógica solidária e a de mercado, pelo relato de experiências já estudadas no México e no Brasil e, por fim, expor mais detalhadamente uma experiência que vimos estudando no Brasil, na localidade de Caetanos de Cima, município de Amontada, Ceará. O argumento é que o turismo comunitário, mais do que uma forma de gerar recursos econômicos para as coletividades nele envolvidas, é um instrumento político na luta pela garantia de direitos.

Na *Declaración de San José sobre Turismo Rural Comunitario*, firmada em 2003 por representantes dos povos indígenas e comunidades rurais de seis países da América Latina, entre eles o Brasil, é informado que após ser chamados a consulta pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) esses países se posicionaram favoráveis ao desenvolvimento do turismo comunitário por entendê-lo como uma via estratégica para lograr o desenvolvimento local, regional e nacional, com o aumento de emprego e possibilidades de trazer benefícios que proporcionem maior bem estar às comunidades envolvidas. O primeiro ponto ao qual o documento chama a atenção é à concepção de turismo que embasa a proposta de turismo comunitário, com a qual os países signatários concordam, fundada nas noções de solidariedade, cooperação, respeito à vida, conservação e aproveitamento sustentável dos ecossistemas e da biodiversidade.

Pesquisadores que se voltam ao estudo do tema, no entanto, reconhecem que é uma questão ainda bastante delicada, até mesmo em razão da juventude das experiências desta modalidade de turismo. Maldonado (2009) é um deles e demarca 1980 como a década em que surge o turismo comunitário, fruto, por um lado, das próprias pressões do mercado turístico – a demanda cada vez maior por turismo de natureza e queda na procura por

turismo de massa¹ -, bem como o trabalho ativo de organizações não governamentais no sentido de estimular as comunidades a participar do turismo comunitário e a própria situação de carência vivida por essas localidades.

Como podemos notar, trata-se de propostas erigidas segundo os mesmos princípios que organizam a economia solidária, cujas experiências são baseadas, sobretudo, nos princípios da contraposição à lógica do mercado (no caso, ao turismo de massa), autogestão dos recursos, do exercício das práticas cooperativas, de equidade no trabalho e de distribuição igualitária dos resultados das atividades solidárias. E é a partir do debate a respeito dessas experiências que já há algumas décadas se firmou no âmbito das ciências sociais a ideia de que devemos também iniciar uma reflexão sobre as possibilidades, limites e desafios do turismo comunitário tendo em vista o bem estar das comunidades e do ambiente, entendendo que a salvaguarda dos recursos naturais é condição primeira para resguardar os modos de vida e a segurança dessas comunidades².

II - Ecoturismo e turismo comunitário

Múltiplas denominações são dadas às formas de turismo que envolvem natureza, ambientes rurais e os povos e comunidades tradicionais: turismo de natureza, turismo rural, ecoturismo ou turismo ecológico, turismo sustentável, turismo responsável, turismo comunitário, turismo de aventura, turismo cultural e outros. Nas propostas oficiais, nos artigos acadêmicos, nos sites institucionais, os termos dominantes e redundantes são: comunidade, sustentabilidade, natureza, ecologia, conservação ou preservação, equidade, participação, empoderamento, mecanismos democráticos de gestão, poder de decisão, valor social, benefícios sociais.

Vale dizer que estes termos são usados com sentidos diferentes pelos atores que compõem estas redes e experiências de ecoturismo ou turismo comunitário, atuando mais próximas ou distantes da lógica de mercado. Assim,

¹ A respeito veja Guzmán, Figueroa e Durand (2013) e Zaoual (2009).

² Vide em especial Guzmán, Figueroa e Durand (2013); Cortés (2013); Ramírez, Bello, Hernández (2013).

em um artigo sobre cooperativas ecoturísticas no México (Férrandez, Castillejos, Ramírez, 2013), em Bahías de Huatulco, Oaxaca, os autores consideram que empresas ecoturísticas de base comunitária só podem existir no esquema de turismo comunitário, mas, ao mesmo tempo podem se constituir como empresas, ainda que empresas sociais, que eles diferenciam de empresas comunitárias³.

Vale destacar, também, que a proximidade entre natureza e povos e comunidades tradicionais acaba por reificar imagens que evocam estereótipos que repõem dicotomias entre o selvagem e o civilizado e fazem uso do exotismo na venda das paisagens e do modo de ser nativo como mercadoria turística.

III – Entre a lógica solidária e o mercado

Em primeiro lugar, vale destacar que o turismo é uma das molas mestras do sistema capitalista contemporâneo. Pelo rol de atividades que concentra, abrangendo todos os ramos da economia, o turismo alçou lugar de destaque no *ranking* mundial das práticas econômicas globalizadas, tanto nos setores de produção, comércio e prestação de serviços. Boletim divulgado pela Organização Mundial do Turismo em maio de 2016, revela que o crescimento do setor, no ano de 2015, foi de 3,6% com aumento de 4,5% nas chegadas internacionais, sendo que é o quarto ano consecutivo em que o turismo internacional cresce mais do que o comércio mundial de mercadorias (UNTWO, 2016).

Observa-se, portanto, que incentivar o turismo comunitário, envolvendo povos e comunidades tradicionais, significa colocar essas coletividades atuando dentro e frente a um mercado altamente competitivo. López e Marín (2010) consideram que o turismo se refere não apenas a um assunto da economia política porque a um só tempo ele provoca “reorganización social y transformación cultural” (p.223). Ademais, os autores consideram esta

³ A diferença é que enquanto a empresa social é constituída segundo os princípios gerais de uma empresa capitalista, mas com inclusão de objetivos sociais, a empresa comunitária está fundada na lógica coletiva, é gerida segundo princípios de reciprocidade, cooperação, solidariedade e visa o fortalecimento dos laços comunitários.

atividade como parte de uma verdadeira indústria que produz “espacios, significados y experiencia” (Idem). Mais ainda, concebem o turismo como um processo de mercantilização de lugares, espaços e cultural que provoca transformações profundas nas relações sociais, no ambiente e nas concepções das pessoas sobre o mundo. Esta indústria, como mostram os autores, tem provocado intenso processo de turistificação, a nível mundial, com oferta cada vez mais diversificada.

Tudo leva ao entendimento de que o turismo comunitário, o turismo rural, o turismo de aventura ou o ecoturismo, diferentes formas como essas experiências são denominadas, sejam, portanto, novas modalidades que incrementam as ofertas da indústria turística frente a uma demanda cada vez mais forte por ambiente e cultura.

Evidentemente, há visões positivas e negativas sobre a participação desses povos (compostos por indígenas em muitos países de América Latina) e comunidades tradicionais (representadas por quilombolas, pescadores, ribeirinhos e pequenos agricultores) nesse mercado, ao mesmo tempo atuando com princípios que se contrapõem a essa lógica.

Os pontos positivos levantados por aqueles que apostam no turismo comunitário como indício de mudanças sociais profundas, dizem respeito, sobretudo, à confiança na capacidade de geração de trabalho e negócios, e uma perspectiva igualitária com valorização cultural promoção da conservação ambiental (Coriolano, 2009; Mendonça, 2009)⁴.

Já dentre os mais críticos, a expansão do ecoturismo está diretamente relacionada a certa visão de preservação ambiental, mas ao tornar-se consumo da natureza acaba se portando dentro da lógica de mercado e do modelo neoliberal de sustentabilidade (Guzmán; Figueroa; Durand, 2013). Além do mais, os autores salientam que o êxito dos projetos de ecoturismo não são imediatos e são necessárias condições específicas para que ele se realize o mais distanciado possível da lógica do mercado, como: distribuição equitativa dos lucros, segurança quanto à terra e o cumprimento de objetivos de justiça

⁴⁴ Entre os poucos pesquisadores brasileiros que são menos ufanistas e apontam problemas para a consecução dos objetivos do turismo comunitário temos Grimm; Cioce (2011) e o próprio idealizador do turismo comunitário em Prainha do Canto Verde (Schärer, 2003).

social para que se possa considerar efetivamente bem sucedido um projeto de ecoturismo ou de turismo comunitário.

Outros pontos a destacar, que mostram a complexidade que é tratar a questão do turismo comunitário sob a ótica do mercado e da solidariedade, são: i) a forte relação do turismo com as políticas de desenvolvimento e, portanto, com as agências internacionais financiadoras de projetos, que ditam os caminhos a serem seguidos; ii) a centralidade da natureza, porque dela depende a própria existência do turismo, é sua principal mercadoria, e ao mesmo tempo que é consumida precisa ser preservada; iii) a particularidade, no caso do turismo comunitário dada pelo fato de que as áreas de interesse ao capital turístico estão normalmente ocupadas por povos e comunidades tradicionais: indígenas, quilombolas, pescadores e pequenos agricultores e ribeirinhos, gerando intensos conflitos fundiários.

Os antropólogos mexicanos Guzmán, Figueroa e Durand (2013) chamam a atenção para o fato que enquanto alguns intelectuais definem o ecoturismo como uma viagem responsável a lugares tradicionais, com conservação do meio ambiente, outros afirmam que “na verdade se trata de recriar espaços, ajustando-os aos modelos dominantes ocidentais” (p.31, *tradução livre*) e que formulam a relação entre natureza e cultura segundo os padrões que conhecemos. Ou seja, as correntes mais críticas vêem o processo como mercantilização da natureza e correlação com os modelos teóricos dominantes.

Ocorre, ainda, que a leitura positiva dessas atividades dentro dessa lógica dominante leva à disponibilização de recursos por meio das agências internacionais e isto se mostra interessante para muitos países do Hemisfério Sul. Vale destacar que “Além de serem países com elevadas carências, possuem grande parte da biodiversidade do planeta.” (Guzmán; Figueiroa; Durand, 2013).

Esses movimentos são mais ainda impulsionados por organismos como a Organização das Nações Unidas (ONU) que em 2013 estimulou os países membros a implementarem o ecoturismo, por considerá-lo fator fundamental ao combate à pobreza, bem como à proteção do meio ambiente. Vale destacar

que em 2011 o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e a Organização Mundial do Trabalho (OMT) promoveram a Cúpula Mundial do Ecoturismo, eventos que dão visibilidade e impulsionam a atividade.

IV - Turismo comunitário e ecoturismo no México e no Brasil

Ecoturismo no México

Embora o ecoturismo tenha se iniciado apenas nos anos 1980, no México, dados recentes (2006) indicam um forte crescimento desta modalidade de turismo: 1.239 empresas, sendo 325 privadas e 914 (2/3) comunitárias.

No México, muitas vezes a estrutura *ejidal*⁵ já é propícia ao desenvolvimento da atividade – forma organizativa própria, participativa -, mas em alguns lugares a estrutura comunal foi substituída por novas formas de organização, mais apropriadas à gestão empresarial.

Guzman e Juárez (2013) na obra *En busca del Ecoturismo*, trazem várias experiências do chamado turismo sustentável no México. Um artigo, em especial (Guzmán, Figueroa, Durand, 2013), aborda algumas experiências no estado de San Luis de Potosí, na região da Huasteca Potosina e na Selva Lacandona, duas das regiões mais propícias à prática do turismo rural e ecoturismo no México.

O primeiro caso apresentado, Tanchanchin, na região da Huasteca Potosina, é um *ejido* mestiço que ingressou no ecoturismo em 1999 com a construção de cabanas, restaurante e um museu comunitário. O projeto se iniciou com planejamento, tendo assessoria de funcionários do governo e da universidade e contou com financiamentos. No entanto, os assessores acreditaram que o grupo tinha um alto grau de coesão e eliminaram etapas como organização e capacitação. As obras se iniciaram, mas o projeto como um todo ruiu ao longo do tempo. O restaurante deixou de funcionar um ano depois e com mais dez anos já quase nada existia da estrutura inicial. Alguns elementos apontados como causa do fracasso se referem a que desde o início dos trabalhos estes se deram de forma pouco equitativa e quando o

⁵ Refere-se às terras comunais resultado de processo de Reforma Agrária.

financiamento acabou as obras ficaram inconclusas e começaram os roubos do material existente, o que não incentivou a procura de mais financiamento.

Outro caso é o do *Ejido Tampaxal*, composto por 16 bairros formados por pessoas de origens diversas. Depois de um período de assessoria por parte de agentes externos houve modificações na forma organizativa do *ejido*, com fortalecimento político da localidade frente ao poder municipal, o que os levou a pensar no ecoturismo como forma de desenvolvimento local. Elaboraram um diagnóstico do potencial turístico do *ejido* e a partir dele iniciaram ações concretas para a construção de infraestrutura: estacionamento, pousada, mirante e melhoria nos caminhos. Acontece que o assessor tinha proximidade com duas instâncias da administração pública local e estadual, o que favoreceu a que ele, no futuro, obtivesse um emprego público numa dessas instâncias, numa clara mostra de existência de práticas clientelistas. A iniciativa como um todo teve aspectos positivos e negativos: i) em algumas situações a comunidade atuava de forma coesa; ii) houve abertura da comunidade para o exterior, com melhoria em escolas e meios de comunicação, mas as mudanças provocaram desestruturação e dependência; iii) os bairros concentravam o poder político e tinham posturas conflitantes em situações de decisão; iv) o assentamento se modificou ao longo do tempo assemelhando-se cada vez mais a um núcleo urbano e com todos os problemas a eles inerentes: abastecimento de água, alcoolismo, consumo de drogas e aumento da violência; v) geração de demandas de consumo não atendidas pela economia de subsistência com paulatino crescimento da migração de jovens para os grandes centros, ruptura com a organização agrícola e o auto abastecimento.

Já em uma localidade chamada Santa Maria Pícula, composta por três bairros, os autores mostram que houve capitalização da demanda turística, com diversificação dos negócios turísticos, mas também forte distanciamento entre os bairros. O turismo que ali se pratica concluem os autores que é muito distante do turismo sustentável, nada há que evoque respeito à natureza, havendo inclusive contaminação do rio que atravessa um dos bairros.

Trazem ainda os autores um exemplo de organização de mulheres indígenas, no estado de Oaxaca, em que houve fortalecimento do grupo e

outros em que os conflitos são a marca predominante. No estado de Michoacán, na área da Reserva da Biosfera Monarca, apresentam um claro exemplo de turismo comunitário que não atinge em nenhum sentido os objetivos de conservação da biodiversidade e nem de bem estar social. Citam casos, ainda, em que os retornos financeiros são poucos, mas em contrapartida há o acesso da comunidade a políticas governamentais com melhoria de infraestrutura e serviços básicos.

O caso mais interessante para os objetivos deste artigo é o da Selva Lacandona, em Chiapas, área de fortes conflitos pelo controle do território e dos recursos naturais. O contexto de tensões envolve: agências de financiamento, ONGs, ambientalistas, governos federal, estadual e municipal; operadores turísticos e comunidades locais. Há uma diversidade grande de situações com respeito à posse da terra, divisões entre comunidades zapatistas e não-zapatistas. O ecoturismo na região é impulsionado por agências internacionais como a Agência norteamericana para o desenvolvimento internacional - USAID, o Fundo Mundial para a Natureza, e uma ONG Internacional (CI) que impulsiona o ecoturismo na região como estratégia central para a conservação da biodiversidade.

O ecoturismo em Chiapas se iniciou nos anos 1990, no contexto de eclosão do movimento zapatista e o apoio governamental ao ecoturismo se deu como forma de frear e controlar o movimento.

Os autores abordam três áreas: Frontera Corrozal (fronteira com Guatemala) Nueva Palestina e Lacanjá. Vou me ater aos lacandones de Lacanjá. Esta região dispõe de dois sítios arqueológicos importantes: Bonampak e Yaxchilán e apresenta vantagens como turismo alternativo.

Lacanjá - Os Lacandones sentem-se proprietários originários do território e com o crescimento do ecoturismo distanciam-se cada vez mais da agricultura e tornam-se dependentes do turismo. Por outro lado, a imagem de conservacionistas (que ocorre igualmente em Frontera Corrozal) os ajuda a preservarem o território:

Nueva Palestina – comunidade mais numerosa com economia baseada no gado e forte relação corporativista com governo. São vistos pelas outras duas comunidades como destruidores da natureza e o crescimento populacional é considerado uma ameaça a sua integridade.

Frontera Corrozal – tem maior diversificação produtiva e preservação do território, mas uma relação conflituosa com o governo. Há conflitos, mas em momentos de negociação com o governo há coesão.

Estes casos apresentados, sobre o México, tornam-se bastante interessantes para que tenhamos uma ideia mais clara sobre experiências de turismo comunitário exercidas há mais tempo em outros países com problemas semelhantes ao Brasil como pobreza, conflitos fundiários e práticas clientelistas, e, ao mesmo tempo, nos dão elementos comparativos com as experiências que começam a ser estudadas no Brasil. Para os objetivos deste artigo se considera, em especial, as experiências no estado do Ceará.

Turismo comunitário no Brasil

No Brasil, temos algumas redes de Turismo Comunitário, dentre elas a Rede Cearense de Turismo Comunitário (Rede Tucum, CE), a Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral (AGRECO, SC) e a Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário (Turisol)⁶. Na Redturs estão cadastrados 37 destinos turísticos dentro da lógica do Turismo Comunitário, que abarcam 17 estados brasileiros, com uma maior concentração nos estados do Amazonas, Ceará, Bahia e Pará.

No site do Ministério do Turismo (Mtur) encontra-se um roteiro chamado Roteiro Tucorin, no baixo Rio Negro, apoiado pelo Mtur, denominado por ele de “turismo de experiência”. Turistas vão de barco, têm trilhas na mata a percorrer

⁶ A Turisol é composta por organizações que se uniram com a missão de fortalecer o turismo comunitário no Brasil. Ao todo somos 13 projetos, presentes em 8 estados do Brasil e 61 municípios. Está vinculada ao Projeto Bagagem que é “uma ONG que visa a criação de uma Rede de Economia Solidária de turismo comunitário no Brasil. Sua principal estratégia é apoiar a criação de roteiros turísticos que beneficiam prioritariamente as comunidades visitadas através da geração de renda e participação direta da população local”. Vide: http://www.projetobagagem.org/2009/quem_somos.asp e <http://www.projetobagagem.org/2009/parceiros.asp?cod=12>, consultado em: 12/09/2016.

e na aldeia tentam participar do modo de vida nativo, fazer redes, artesanato, compotas com as frutas locais, etc. Este roteiro turístico é um dentre 23 que fazem parte de um projeto apoiado pelo Mtur, denominado “Talentos do Brasil Rural” que comporta mais de 400 experiências (que o Mtur denomina empreendimentos) em parceria com o MDA (min.Desenv.Agrário) e o Sebrae para a capacitação e auxílio na comercialização dos produtos.

Sobre a atuação do Mtur, Silva, Ramiro e Teixeira (2009) expõem que ao observar iniciativas que buscam auferir benefícios da atividade turística, mas sob outra lógica, fundada nos princípios da autogestão, da solidariedade, da sustentabilidade e valorização da cultura local, ficaram atentos ao turismo comunitário como uma alternativa aos efeitos negativos do turismo⁷. Após a decisão de apoiar este tipo de experiências, foi lançado um Edital de Chamada Pública de projetos em 04/06/2008, a partir do qual seriam selecionados até 15 projetos na faixa de R\$ 100.000,00 a R\$ 150.000,00. Os autores dizem que “receberam mais de 500 projetos oriundos de uma grande variedade de instituições (organizações sem fins lucrativos, cooperativas, associações, poder público, estadual e municipal; entre outros), sendo 80% dos projetos recebidos das regiões Sudeste (34%), Sul (23%) e Nordeste (22%)”. Dada a alta demanda foram contemplados 25 projetos, sendo que 16 atendiam a Região Nordeste do país, seis ao estado do Ceará, que é o estado a que nos referiremos mais demoradamente neste artigo.

Uma das experiências de turismo comunitário mais conhecidas está situada no Ceará, na localidade Prainha do Canto Verde, pertencente ao município de Beberibe, constituída como comunidade de pescadores e que após ser alvo de investidas do capital imobiliário organizou-se em Associação de Moradores e conseguiu obter a demarcação da localidade como Reserva Extrativista. Esta foi uma forma da população local impedir a comercialização e exploração das terras sob as quais havia interesses que geraram conflitos com elementos externos desde meados da década de 1970. Vale destacar que as terras ocupadas pelos pescadores eram da União ou não possuíam registro

⁷ Vale porém ressaltar que o turismo comunitário tem sido recomendado pelas agências internacionais, pela própria OMT, e que o Mtur tem seguido à risca todas as recomendações dos organismos e Fóruns externos.

imobiliário como é comum nessas zonas de praia no litoral nordestino. Com estas medidas a criação da Reserva Extrativista objetivou coibir a expansão do turismo⁸.

Em 1993 foi criada a ONG Instituto Terramar, com o “objetivo de Contribuir com a justiça socioambiental na Zona Costeira do Ceará”⁹, tendo à frente o suíço René Schärer, morador da Prainha do Canto Verde já à época do início do conflito fundiário¹⁰. O instituto Terramar passou a dar apoio aos moradores de outras localidades do litoral cearense, também vivendo situações semelhantes de conflitos socioambientais: disputas sobre os territórios, e, mais recentemente, os efeitos sobre populações e ambiente da expansão da carcinicultura e das usinas eólicas no estado.

A experiência do Turismo Comunitário na Prainha do canto Verde remonta à época da criação do Instituto Terramar. Conforme relata Schärer (2003), o Projeto de Turismo Socialmente Responsável da Prainha do Canto Verde começou a se desenvolver em 1995. Dois anos depois foi criado o Conselho Comunitário de Turismo na localidade e elaborado o texto sobre a missão da modalidade de turismo a ser ali implantado que se propõe a “Desenvolver o turismo ecológico de forma comunitária para melhorar a renda e o bem estar dos moradores, preservando os nossos valores culturais e os recursos naturais da nossa região” (Schärer, 2003, p.235).

Em 1998 foi organizado um evento, um seminário sobre turismo sustentável, que além de discutir questões próprias ao turismo comunitário foi momento de compartilhamento de experiências similares em outras localidades do litoral cearense, tanto do exercício das atividades turísticas como de existência de conflitos em torno à posse da terra e contra a especulação imobiliária por parte de empresários externos. Vale destacar, portanto, que em seu objetivo de trabalhar fomentando a organização política das comunidades

⁸ Para mais informações sobre a localidade vide Schärer (2003), Mendonça (2009), Coriolano (2009).

⁹ Mais informações a respeito vide: <http://terramar.org.br/sobre-nos-2/quem-somos/>. Consulta em: 08/09/2016.

¹⁰ Schärer (2003) conta que os conflitos com Antonio Salles começaram em 1976 quando ocorreu a apropriação de terras de dunas por parte dele, por meio de usucapião, com posterior venda a uma imobiliária de Fortaleza. Com o apoio do Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos (CDPDH), ligado à Igreja Católica, os moradores entraram na justiça com uma ação rescisória.

e no desenvolvimento do turismo ecológico para melhoria da renda e bem estar dos moradores de comunidades litorâneas, o Instituto Terramar estreitou relações com lideranças das localidades que enfrentavam conflitos socioambientais o que levou à formação, em 2008, da Rede Cearense de Turismo Comunitário (Rede Tucum) com a expansão paulatina dessa atividade econômica para novos povoados. Uma dessas localidades é Caetanos de Cima, sobre a qual falaremos a seguir.

Caetanos de Cima está situada no Oeste da costa litorânea cearense, e é parte de Sabiaguaba, um distrito do município de Amontada. Dista aproximadamente 170 km da capital do Ceará, Fortaleza, e 82 km da sede do município. Toda a área assim denominada constitui um assentamento agrário, e pertencia à propriedade de Espólio de Estevam Romero Barros, sendo que este foi desapropriado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em 17 de fevereiro de 1987 pelo Decreto Expropriatório No. 94.033/87 (Lima, 2010), com área de aproximadamente 718,93 hectares e calculada neste projeto para o atendimento de 28 famílias.

No Assentamento Sabiaguaba as moradias têm uma distribuição espacial diferente do padrão mais geral dos assentamentos, onde ocorre a concentração em um ponto determinado, de forma que se distanciam das áreas de produção. Este assentamento, segundo Lima (2010), é diferente em razão da divisão das terras em 28 lotes, um para cada família, para que fosse garantido o melhor trato da produção, de forma que “a distribuição espacial das moradias no Assentamento Sabiaguaba é dispersa, em meio a dunas semifixas e áreas de baixio (zonas de deflação), com acesso dificultado pela falta de estradas de piçarra e pela areia solta na maioria delas” (p.36). Diz ainda a autora que “neste modelo de ocupação, a criação dos animais é do tipo extensiva, os seus donos tem a responsabilidade de alimentá-los pelo menos uma vez por dia e as demais refeições são encontradas por eles no terreno do assentamento, no qual podem vagar livremente” (Idem).

Segundo Silva (2006) e Lima (2010), há duas versões para a origem do povoado que era de maior área e chamava-se Caetanos, como ficará claro mais adiante. Há duas versões sobre a origem da localidade. Uma diz que a comunidade se formou com a vinda para a área de um escravo fugitivo

chamado Caetano dos Santos. Ali ele teria se estabelecido, nas proximidades da praia, e provavelmente era um pescador dado que ele teria se tornado uma “referência para os pescadores da área”. Diz-se ainda que este negro tinha um irmão que também fundara um outro povoado que hoje forma a área de quilombo de Conceição dos Caetanos. Diz-se também haver a possibilidade de a mesma pessoa ter formado as duas localidades. A outra versão situa a origem da localidade num período em que as terras eram habitadas por índios, que viviam do cultivo da terra e da pesca. Entre eles, uma índia conhecida por Tereza teria se casado com um português chamado Leonardo, que, tendo recebido autorização do imperador, tornara-se dono das terras. A crença dos moradores atuais que existe uma ascendência Tremembé, segundo Silva (2006) se dá por razões fenotípicas, bem como pela prática das rezadeiras e a habilidade no trato da palha de coco e carnaúba para a confecção de utensílios. Vale destacar que entre as duas versões a mais acionada pelos moradores quando os questionamos a respeito é a primeira.

O processo migratório decorrente da seca de 1915 teria impulsionado famílias inteiras para as regiões praianas, inclusive Caetanos de Cima, dando início aos conflitos fundiários que até hoje assolam o povoado.

Ao longo do tempo aproveitando-se desta situação de hostilidades emergentes – como foi o longo período em que um dos moradores de localidade próxima chamada Pixaim reivindicava a propriedade de toda a área onde hoje é o assentamento e cobrava pagamento aos moradores pelo uso da terra, atuando, portanto, dentro da prática do que a literatura denomina coronelismo –, foram se aproximando ao local, e depois se fixando, grileiros, veranistas, especuladores imobiliários e empresários. Contam Lima (2006) e Silva (2010) que a posse da terra se dava pela compra de coqueiros, com falsificação de documentos e posterior registro das propriedades em cartórios, como é comum em toda a costa cearense, haja vista o exposto sobre a Prainha do canto Verde.

Os conflitos mais recentes, após a década de 1970, levaram à cisão do que antes era Chamado Caetanos em duas povoações distintas: Caetanos de Cima e Caetanos de Baixo. Esta é uma frente de conflitos, mas a situação é bem mais complexa. Há conflitos internos ao assentamento em razão da

presença de posseiros, antigos moradores não incluídos na divisão feita à época do estabelecimento do assentamento, cujas terras foram expropriadas pelo INCRA, mas cujas indenizações não teriam sido pagas, e posseiros mais recentes. Há conflitos com os moradores de Caetanos de Baixo, embora entre eles existam vínculos de parentesco, em razão de não terem estes últimos participado das lutas contra um empresário do ramo turístico, dono do famoso Bar do Pirata, em Fortaleza, e que ali pretende construir um pólo turístico, que viria a se denominar Praia do Pirata. Eles também não se envolveram em prol do estabelecimento do assentamento, que se deu ao final dos anos 1980, pois não queriam comprometer-se a não vender as terras. A terceira frente de conflitos é exatamente com o empresário externo, situação que remonta aos anos 1990. O empresário se diz dono da estreita faixa costeira que separa o assentamento do mar e que corresponde à área que os pescadores sempre utilizaram para guardar instrumentos de pesca, barcos, fazer reparos em embarcações, redes e outros apetrechos. A propriedade desta área está sendo contestada pelos moradores do assentamento Sabiaguaba por meio de ação anulatória que tramita junto à 2ª Vara da Justiça Federal¹¹.

É nesse contexto, marcado pelas três frentes de conflitos territoriais cima elencadas, que a partir de 2008 emerge o turismo comunitário na localidade de Caetanos de Cima.

Os dados provenientes da pesquisa que vem sendo lá realizada¹² informam que tem sido fundamental para o estabelecimento e a continuidade da prática dessa modalidade de turismo na localidade o fato de ela estar integrando a Rede Tucum e em parceria com o Instituto Terramar. Este último tem disponibilizado recursos para o estabelecimento de pousadas, aparelhamento do Restaurante das Mulheres, do Ponto de Cultura e uma área onde pretendem estabelecer o Museu, tudo via Fundo Rotativo composto pela ONG Amigos da Prainha do Canto Verde. A Rede Tucum e o Instituto Terramar promovem eventos anuais onde representantes de todas as localidades

¹¹ Para mais informações sobre os referidos conflitos vide Silva (2006), Lima (2010), Araújo et al (2005), Patrício (2007), Associação dos Geógrafos Brasileiros et al. (2008), Rodrigues; Santos (2012).

¹² Foram feitas duas viagens de campo para Caetanos de Cima, a primeira exploratória e a segunda para coleta de dados primários, atividades vinculadas às atividades do Laboratório de Estudos da Cidade (LEC) da Universidade Federal do Ceará (UFC) e para elaboração de projeto específico sobre o tema a ser creditado pela antropóloga Lea Carvalho Rodrigues.

pertencentes à rede se encontram, discutem as questões pertinentes à atividade nas localidades e compartilham experiências. Também promovem cursos e oficinas sobre turismo comunitário e capacitação gerencial para a atividade.

A participação no turismo comunitário na localidade de Caetanos de Cima é aberta a todos os membros da associação, desde que sejam pessoas ativas junto aos movimentos de mobilização existentes da comunidade, envolvidas com as bandeiras que a associação assume. Há um coordenador do turismo comunitário na localidade que trabalha em articulação com a coordenação da Rede Tucum. Coletivos de jovens também se envolvem bastante com o projeto e têm atuado na tarefa de divulgação do turismo comunitário em Caetanos de Cima por meio das redes sociais. Há uma página no facebook que é constantemente alimentada com fotos do local e de danças e outras realizações populares, bem como fazem a divulgação dos diferentes grupos e coletivos existentes em Caetanos de Cima: grupo das mulheres, grupo de teatro, grupo de dança do coco, de artesanato e outros.

Para o desenvolvimento de atividades como construção de quartos anexos às residências, ampliação ou reforma dos já existentes, de forma que possam ser alugados a turistas, além de reforma no Restaurante das Mulheres e no Ponto de Cultura, bem como a construção de uma Casa de Farinha, são dois Fundos Rotativos que operam os recursos financeiros. Um de turismo comunitário operado pelo Instituto Terramar/Rede Tucum que disponibiliza empréstimos de valores entre R\$ 3.000,00 e R\$ 5.000,00, com pagamento de R\$ 1.000,00 a cada ano, sem juros, a menos que ocorra atraso na devolução do dinheiro. O outro Fundo Rotativo é gerido pela ONG Amigos da Prainha do Canto Verde e disponibiliza recursos de R\$ 800,00 para pagamento em um ano. As regras estabelecem que aquele que usufrui dos empréstimos em um ano, não pode retirar no seguinte, ou seja, o recurso assim que retorna ao Fundo é disponibilizado a um novo morador, até que se complete o ciclo de atendimento a todos os interessados no empréstimo, garantindo o caráter rotativo dos créditos.

Na última viagem de campo realizamos entrevistas em profundidade com dez moradores que formam a base política do lugarejo e constituem as

principais lideranças locais e todos foram unânimes em afirmar que o turismo não é visto pelos moradores de Caetanos de Cima como uma atividade fim, mas como complementar às atividades agrícolas e de pesca. Mas a principal constatação foi de que os projetos de turismo comunitário vêm permitindo que eles, pouco a pouco, vão ocupando efetivamente, com pequenas construções, a faixa costeira de praia que está em disputa com o empresário Júlio Trindade. Fixar-se no local de litígio é então uma estratégia de enfrentamento à tentativa de apropriação das terras que tradicionalmente lhes pertencem¹³. Dessa forma, o lucro com a atividade é o que menos importa, ainda que seja bem vindo, valendo mais a lógica da reciprocidade e da solidariedade como forma de persistirem em uma batalha que já dura quase trinta anos, de manutenção do território.

Considerações finais

Ainda que os discursos dominantes e de grande aceitação das agências governamentais, governos nacionais e locais, ONGs nacionais e internacionais e grupos conservacionistas sejam o de que o ecoturismo, ou turismo comunitário, é uma forma sustentável de relação turistas/natureza e de desenvolvimento para os países do Hemisfério Sul, os estudos apresentados sobre o México mostram: i) um grande heterogeneidade de situações em que se desenvolvem o ecoturismo e o turismo comunitário; ii) a ocorrência de diferentes respostas aos intentos de modernização e às ameaças que o turismo suscita; iii) uma falsa ideia de coesão como marca dos povos e comunidades tradicionais; iv) a ocorrência de práticas corporativistas e clientelistas, bem como o uso político do ecoturismo, em alguns casos; v) grande ingerência externa sobre essas comunidades (para o bem e para o mal), pois ao mesmo tempo que contribui para organizar o grupo e fornecer subsídios para a prática das atividades turísticas, o faz a partir de pressupostos

¹³ Vale destacar que O decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, pelo qual o governo brasileiro instituiu a PNPCT define povos e comunidades tradicionais como “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais”, com formas de organização social próprias, com a ocupação de territórios e uso de recursos naturais “como condição para a sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica”, valendo-se de práticas e saberes transmitidos pela tradição, dando-lhes direito sobre as terras que habitam.

próprios à lógica dominante: formas de gestão de recursos, eficiência empresarial, etc.

Por fim, vale destacar a similaridade entre experiências no México e Brasil quando se trata de áreas conflituosas, pois tanto no caso de Lacanjá e Frontera Corrozal, no México, e nas localidades de Prainha do Canto Verde e Caetanos de Cima, no Brasil, o turismo comunitário tem sido acionado como estratégia de enfrentamento a ameaças de perda do território, tema central nas exposições efetuadas neste artigo.

Referências:

Araújo, Rogério C. P. et al. (2005). Diagnóstico Socioeconômico da Zona Costeira do Estado do Ceará. Publicação no âmbito do Programa Zoneamento Ecológico e Econômico da Zona Costeira do Estado do Ceará (ZEE), coordenado por Luiz Parente Maia (LABOMAR) e Maria Dias Cavalcante (SEMACE). Relatório. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará.

Associação dos Geógrafos Brasileiros et al. (2008). *Dossiê 2008: Degradação, conflitos e crimes ambientais em Fortaleza e no estado do Ceará*. (inédito).

Coriolano, Luzia Neide M.T. (2009). O turismo comunitário no nordeste brasileiro. In: Bartholo, R.; Sansolo, D.G.; Borszty, I. (Orgs.), Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiros. Rio de Janeiro: Letra e Imagem.

Cortés, Nubia (2013). Turismo de natureza: topografias de poder del terreno comunal de Zapotitlán Salinas, Puebla. In: Guzmán, M.; Juárez, D. (editores), *En busca del ecoturismo. Casos y experiencias del turismo sustentable en México, Costa Rica, Brasil y Austrália*. México: Ediciones Eón: el colegio de San Luis, A.C.

Fernández, M.J.; Castillejos, B.; Ramírez, J.A. (2013). Definiendo la naturaleza de cinco cooperativas ecoturísticas de Bahías de Huatulco, Oaxaca. Empresas sociales, empresas comunitárias o simples cooperativas? In: Guzmán, M.; Juárez, D. (editores), *En busca del ecoturismo. Casos y experiencias del turismo sustentable en México, Costa Rica, Brasil y Austrália*. México: Ediciones Eón: el colegio de San Luis, A.C.

Grimm, Isabel Jurema; Sampaio, Carlos Alberto Cioce (2011). Turismo de base comunitária: convivencialidade e conservação ambiental. *Revista Brasileira de Ciências Ambientais*, nº19.

Guzmán, Maurício; Figueroa, Fernanda; Durand, Leticia (2013). Ecología política y ecoturismo em México: reflexiones desde la Huasteca potosina y la Selva Lacandona. In: Guzmán, M.; Juárez, D. (editores), *En busca del ecoturismo. Casos y experiencias del turismo sustentable en México, Costa Rica, Brasil y Austrália*. México: Ediciones Eón: el colegio de San Luis, A.C.

Irving, Marta A. (2009). Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? . In: Bartholo, Roberto; Sansolo, Davis Gruber; Bursztyn, Ivan (Orgs.). *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem.

Lima, V.L.O. (2010). *Desenvolvimento para a vida: os sentidos do turismo comunitário em Caetanos de Cima, no Assentamento Sabiaguaba, Amontada, CE*. Dissertação do Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

Lopez Santillán, Ángeles; Marín Guardado, Gustavo (2010) “Turismo, capitalismo y producción de lo exótico. Una perspectiva crítica para el estudio de la mercantilización del espacio y la cultura”. *Relaciones*, 123, vol. XXXI, p. 219-258.

Maldonado, Carlos (2009). O turismo rural comunitário na América Latina. . In: Bartholo, Roberto; Sansolo, Davis Gruber; Bursztyn, Ivan (Orgs.). *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem.

Mendonça, Teresa Cristina de Miranda (2009). Turismo socialmente responsável da Prainha do Canto verde: uma solução em defesa do local herdado. In: Bartholo, R.; Sansolo, D.G.; Borsztyn, I. (Orgs.), *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiros*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem.

Ramírez, L.; Bello, E.; Hernández, R.B. Reflexiones sobre el desarrollo de un proceso ecoturístico: el caso de La Palma, Acapetahua, Chiapas. In: Guzmán, M.; Juárez, D. (editores), *En busca del ecoturismo. Casos y experiencias del turismo sustentable en México, Costa Rica, Brasil y Austrália*. México: Ediciones Eón: el colegio de San Luis, A.C.

Patricio, Edgard (2007). “Pelos mulheres de Caetanos de Cima e Maceió”, *O Povo, Ecologia*, 08 de março de 2007.

Rodrigues, L. C., Santos, P. A. (2012). Populações tradicionais, turismo e conflitos territoriais. Estudo etnográfico em Tatajuba, Ceará. *Cadernos do LEME*, Campina Grande, vol. 4, nº 1, p. 67 – 93.

Schärer, René (2003). Turismo sustentável: um estudo de caso sobre a experiência da comunidade de Prainha do Canto Verde no litoral do Ceará, *Pasos Revista de Turismo e Patrimônio Cultural*. Vol.1, nº2, p.231-242.

Silva, H.N.S. (2006). *Zingando nos saberes de Caetanos de Cima*. Dissertação do Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

Silva, Katia T.P.; Ramiro, Rodrigo C; Teixeira, Breno S. Fomento ao turismo de base comunitária: a experiência do Ministério do Turismo. In: BARTHOLLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (Orgs.). *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

WORLD TOURISM ORGANIZATION – UNTWO - Press Releases: Exports from international tourism rise 4% in 2015. PR No.: 16033 de 06 May 16.

Zaoual. H. (2009). Do turismo de massa ao turismo situado: Quais transições? In: BARTHOLLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (Orgs.). *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.